



Simulado Especial

TJ SP

Oficial de Justiça
Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ SP - Oficial de Justiça

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ SP (Oficial de Justiça);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SP-06-08>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***O que é um carro elétrico e como ele funciona?**

Um carro elétrico é um veículo movido por motores elétricos, que obtêm sua energia a partir de baterias recarregáveis. Em vez de usar combustíveis fósseis, como gasolina ou diesel, os carros elétricos são alimentados por eletricidade, o que deveria torná-los uma opção mais limpa e mais sustentável em termos de emissões de carbono.

Os carros elétricos geralmente possuem um motor elétrico, baterias de íons de lítio ou outros tipos de baterias recarregáveis, um carregador de bateria e um controlador eletrônico que regula a energia fornecida ao motor. Eles podem ser carregados em casa ou em estações de carregamento públicas, dependendo do modelo.

Os carros elétricos têm várias vantagens em relação aos carros movidos a combustíveis fósseis, um menor custo de operação e manutenção, maior eficiência energética e maior suavidade e silêncio na condução, e ele foi planejado para oferecer um menor impacto ambiental. Não obstante, eles ainda têm algumas limitações, como menor autonomia de condução em comparação com carros a gasolina, e uma infraestrutura de carregamento ainda em desenvolvimento em muitas áreas.

Embora os carros elétricos não emitem poluentes diretamente como os carros a combustão interna, a sua produção pode ter um impacto ambiental significativo. A fabricação de baterias, que é um dos principais componentes dos carros elétricos, requer o uso intensivo de recursos naturais, incluindo metais raros, como o lítio, cobalto e níquel, que podem ser extraídos em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental e social. Além disso, o processo de fabricação das baterias e outros componentes do carro elétrico pode gerar poluição em diferentes etapas, desde a mineração até a montagem final.

Por outro lado, os carros elétricos ainda precisam ser carregados usando eletricidade, que é gerada a partir de fontes de energia variadas, algumas das quais podem ser poluentes, como o carvão e o gás natural. No entanto, à medida que a eletricidade é gerada a partir de fontes renováveis, como solar, eólica e hidrelétrica, o impacto ambiental do uso de carros elétricos será reduzido.

Consoante um novo estudo da Volvo feito com o mesmo modelo elétrico (C40) e um a combustão (XC40), o carro elétrico pode poluir até 70% a mais, isso se levado em consideração o seu ciclo total de vida e a utilização de uma energia não limpa, ou não renovada, para fazer sua carga. Se for utilizada uma energia limpa, o carro elétrico emite 32 toneladas a menos de CO² do que um veículo de combustão, esse benefício cai a quase zero quando utilizados combustíveis fósseis na recarga, o que é muito comum na Europa (apenas 17,4% da matriz energética europeia é renovável).

No estudo, mostrou-se que a conta pode ficar favorável aos modelos movidos a eletricidade a partir de 109 mil km rodados. Com essa quilometragem, um veículo elétrico como o C40 pode "compensar" as emissões do seu processo produtivo. A partir daí, o elétrico deixaria de ser 70% mais poluente e se torna 15% mais sustentável que modelos a combustão. Isso considerando um "cenário de equilíbrio", com metade da energia gerada de forma renovável (eólica, solar, geotérmica), e outra metade de forma convencional (hidrelétrica, carvão, nuclear).

Em suma, conquanto os carros elétricos possam contribuir para a redução da poluição do ar e do aquecimento global, é importante considerar todo o ciclo de vida do carro elétrico, desde a fabricação até o seu uso, para avaliar seu impacto ambiental total.

<https://blog.usezapay.com.br/veiculo/carro-eletrico-e-a-combustao>

01. Segundo as informações do texto, é correto afirmar que:

- a) na Europa, ainda não se verifica utilização de energia limpa para a produção de carros elétricos.
- b) considerando todo o ciclo de vida do carro elétrico na Europa, seu impacto ambiental é maior.
- c) quase toda a matriz energética europeia é composta de combustíveis fósseis poluentes.
- d) o carro elétrico fabricado na Europa polui até 70% mais que um veículo a combustão, comparativamente.
- e) o impacto ambiental dos carros é fenômeno multifatorial não determinado pelo seu tipo de alimentação.

02. Infere-se do texto que

- a) carros elétricos não emitem poluentes diretamente, ainda que se utilize diesel em sua recarga.
- b) é possível que algum carro elétrico não possua motor elétrico recarregável.
- c) os carros elétricos possuem baterias de lítio ou baterias recarregáveis.
- d) carros a combustão não apresentam suavidade e silêncio na condução.
- e) carros elétricos são carregados na residência do proprietário ou em pontos mantidos pelo governo.

03. *Em vez de usar combustíveis fósseis, como gasolina ou diesel, os carros elétricos são alimentados por eletricidade, o que deveria torná-los uma opção mais limpa e mais sustentável em termos de emissões de carbono.*

A forma verbal destaca expressa uma:

- a) dúvida;
- b) alegação;
- c) certeza;
- d) condição;
- e) sugestão;

04. *Em suma, conquanto os carros elétricos possam contribuir para a redução da poluição do ar e do aquecimento global, é importante considerar todo o ciclo de vida do carro elétrico, desde a fabricação até o seu uso, para avaliar seu impacto ambiental total.*

O vocábulo destacado poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por

- a) porquanto
- b) portanto
- c) posto que
- d) visto que
- e) contudo

05. *No entanto, à medida que a eletricidade é gerada a partir de fontes renováveis, como solar, eólica e hidrelétrica, o impacto ambiental do uso de carros elétricos será reduzido.*

Consoante um novo estudo da Volvo feito com o mesmo modelo elétrico (C40) e um a combustão (XC40), o carro elétrico pode poluir até 70% a mais...

Os vocábulos destacados expressam, no contexto, respectivamente, noção de:

- a) oposição, proporção, comparação, opinião;
- b) conclusão, causa, exemplificação, conformidade;
- c) contraste, quantidade, comparação, informação;
- d) oposição, proporção, exemplificação, conformidade;
- e) contradição, quantidade, enumeração, informação;

06. *No entanto, à medida que a eletricidade é gerada a partir de fontes renováveis, como solar, eólica e hidrelétrica, o impacto ambiental do uso de carros elétricos será reduzido.*

Se o período tivesse como referência hipotética um tempo pretérito, as formas verbais poderiam, respectivamente, assumir corretamente a seguinte redação

- a) seria; fosse
- b) fosse; seria
- c) era; era
- d) foi; foi
- e) fora; era

07. Observa-se ocorrência de erro gramatical no seguinte segmento:

- a) Embora os carros elétricos não emitem poluentes diretamente como os carros a combustão interna, a sua produção pode ter um impacto ambiental significativo.
- b) Um carro elétrico é um veículo movido por motores elétricos, que obtêm sua energia a partir de baterias recarregáveis.
- c) No estudo, mostrou-se que a conta pode ficar favorável aos modelos movidos a eletricidade a partir de 109 mil km rodados.
- d) Eles podem ser carregados em casa ou em estações de carregamento públicas, dependendo do modelo.
- e) é importante considerar todo o ciclo de vida do carro elétrico, desde a fabricação até o seu uso, para avaliar seu impacto ambiental total.

08. *Os carros elétricos têm várias vantagens em relação aos carros movidos a combustíveis fósseis, um menor custo de operação e manutenção, maior eficiência energética e maior suavidade e silêncio na condução, e ele foi planejado para oferecer um menor impacto ambiental.*

A vírgula após o vocábulo “fósseis” marca uma

- a) enumeração;
- b) explicitação;
- c) adjetivação;
- d) coordenação;
- e) anteposição.

09. No estudo, mostrou-se que a conta pode ficar favorável aos modelos movidos a eletricidade a partir de 109 mil km rodados.

O vocábulo destacado foi empregado para indicar:

- a) indeterminação do sujeito
- b) reflexividade
- c) ênfase

d) passividade verbal

e) hipótese

10. Assinale a alternativa em que o vocábulo é acentuado por motivo diferente dos demais:

- a) extraídos;
- b) fósseis;
- c) lítio;
- d) várias;
- e) sensíveis.

TEXTO II

Observe a tirinha a seguir e responda às questões.



11. O humor da tira reside:

- a) na premissa de que “mãe” é uma posição concedida por uma autoridade.
- b) na irônica insinuação de que a mãe não saberá ajudar o esquilo machucado.
- c) na dúvida sobre se toda mãe sabe cuidar de animais machucados e crianças.
- d) no pesar de ver o animal irremediavelmente ferido e abandonado.
- e) no conselho do tigre no sentido de não ajudar o animal que está ferido.

12. No terceiro quadrinho, considerando o contexto da sentença: “Se está machucado, é melhor não mexer”, a conjunção indica especificamente:

- a) hipótese;
- b) concessão;
- c) condição;
- d) dúvida;
- e) causa.

13. A vírgula no primeiro quadrinho foi empregada para marcar

- a) aposto;
- b) vocativo;
- c) adjunto adverbial;
- d) complemento;
- e) sujeito.

14. “Ele mal consegue respirar”.

No segmento acima, empregou-se corretamente o vocábulo “mal”, que pode apresentar diversos usos e classificações. Assinale a alternativa em que o vocábulo não foi empregado de acordo com a norma culta.

- a) O mal do século é o tédio das pessoas carentes;
- b) Ele mal teve tempo para se preparar adequadamente;
- c) Todos passam mal em longas viagens de barco;
- d) O dispositivo apresentou um mal contato no circuito;
- e) O sistema foi mal instalado pela empresa responsável.

15. “Tem um esquilininho no chão”.

Observa-se na sentença acima uso impessoal do verbo “ter”. Se o vocábulo “esquilinho” fosse flexionado no plural, uma reescritura adequada de acordo com a norma culta seria:

- a) têm;
- b) existe;
- c) deve existir;
- d) deve haver;
- e) hão de haver.

TEXTO III

Falácia ad hominem: o ataque pessoal como argumento

Um argumento *ad hominem* ocorre quando uma ideia é posta em dúvida através de um ataque contra a pessoa que o defende. A expressão *ad hominem* vem do latim e quer dizer contra o homem.

Um exemplo comum desse argumento pode ser encontrado no debate sobre o aborto. Imagine o seguinte diálogo:

Marcos – Acredito que o aborto deveria ser proibido num feto com oito meses de gestação já que nesse período ele pode sentir dor.

Andreia – A sua opinião sobre o aborto não está correta, pois você é homem e não tem o direito de opinar sobre o assunto.

A Andreia poderia ter usado duas estratégias para criticar Marcos. Em primeiro lugar, poderia tentar mostrar que ele comete um erro em seu raciocínio ou que usa premissas falsas. Em segundo lugar, poderia atacá-lo lembrando características pessoais que tornem duvidoso seu argumento. Andreia optou pela última alternativa e, da forma como fez, cometeu uma falácia *ad hominem*.

Argumentos *ad hominem* nem sempre são falaciosos, mas na maioria dos casos, sim. O primeiro problema com esse tipo de argumento é que, ao invés de avaliar se a ideia é verdadeira ou não, se limita a atacar o caráter de seu autor. Isso é incorreto uma vez que, na maior parte dos casos, características pessoais são irrelevantes para determinar se uma ideia é verdadeira ou falsa. A afirmação, por exemplo, de que o feto tem direito à vida não se torna mais ou menos verdadeira por ser defendida por pessoas de gêneros diferentes.

O segundo problema é que esse tipo de ataque procura silenciar a pessoa que está defendendo uma ideia, excluindo-a do debate. Ocorre que, quando estamos numa discussão, temos obrigação de explicar por que discordamos e não tentar silenciar aquele que pensa diferente.

Por fim, além de ser irrelevante para determinar o valor de verdade de uma ideia, um ataque pessoal pode ser problemático por desviar a atenção do que realmente importa. A estratégia acaba funcionando como uma cortina de fumaça.

Em campanhas políticas esse recurso é especialmente deletério e corriqueiro. Pois, se os candidatos se limitam a trocar ataques pessoais, o público fica sem conhecer suas propostas para solucionar os problemas da sociedade. O resultado pode ser a eleição de candidatos com um “bom caráter”, “cidadãos de bem” que não tem boas ideias para resolver questões que preocupam a população. Pior ainda, as propostas do candidato eleito podem até ser contrárias ao que a maioria pensa serem as políticas mais adequadas. Como se vê, a distração provocada pelas falácias *ad hominem* podem custar caro.

<https://filosofianaescola.com/falacias/falacias-ad-hominem/>

16. De acordo com as ideias do texto, é correto afirmar que o argumento *ad hominem*:

- a) é uma falácia, pois consiste em ataque pessoal ao emissor;
- b) acaba privilegiando candidatos de bom caráter e sem boas propostas;
- c) desvia o foco do debate, das ideias para a legitimidade pessoal do seu emissor;
- d) consiste em excluir do debate o emissor que não pertence ao gênero em pauta;
- e) é empregado apenas em questões polarizantes, polêmicas ou políticas.

17. Assinale a alternativa em que a sentença foi redigida em conformidade com a norma-padrão de emprego e colocação pronominal.

- a) O seu desempenho será superior se você esforçar-se.
- b) Me deixa absolutamente transtornado o uso de falácias.
- c) Mãe, arrependo-me de não ter lhe respeitado;
- d) É normal ele não alimentar-se pela manhã;
- e) Todos sentaram-se à mesa para o debate.

18. Em campanhas políticas esse recurso é especialmente deletério e corriqueiro. Pois, se os candidatos se limitam a trocar ataques pessoais, o público fica sem conhecer suas propostas para solucionar os problemas da sociedade. O resultado pode ser a eleição de candidatos com um “bom caráter”, “cidadãos de bem” que não tem boas ideias para resolver questões que preocupam a população. Pior ainda, as propostas do candidato eleito podem até ser contrárias ao que a maioria pensa serem as políticas mais adequadas. Como se vê, a distração provocada pelas falácias *ad hominem* podem custar caro.

As aspas no último período sinalizam:

- a) uma percepção de terceiros em relação ao candidato;
- b) a visão positiva do autor sobre os candidatos em debate;
- c) a ironia acerca do real caráter dos envolvidos na argumentação;
- d) a citação literal de personagens no registro de um diálogo;
- e) a ênfase em gírias usadas em linguagem popular.

19. Há palavra empregada em sentido figurado na seguinte alternativa:

- a) A Andreia poderia ter usado duas estratégias para criticar Marcos;
- b) A estratégia acaba funcionando como uma cortina de fumaça;
- c) O segundo problema é que esse tipo de ataque procura silenciar a pessoa que está defendendo uma ideia, excluindo-a do debate;
- d) Como se vê, a distração provocada pelas falácias *ad hominem* podem custar caro.
- e) temos obrigação de explicar por que discordamos e não tentar silenciar aquele que pensa diferente.

20. Em campanhas políticas esse recurso é especialmente deletério e corriqueiro.

Os vocábulos foram empregados no contexto, respectivamente, com sentido de

- a) nocivo e eventual;
- b) temporário e banal;
- c) desleal e corrente;
- d) habitual e danoso;
- e) daninho e comum.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

21. Considere a seguinte situação hipotética. Em 25 de abril de 2022, entrou em vigor uma lei temporária que vigoraria até o dia 22 de abril de 2023, a qual se preceituou que o aborto, em qualquer de suas modalidades, nesse período, não seria crime. Assim sendo, Maria Eduarda pratica aborto doloso e voluntário no dia 20 de fevereiro de 2023, mas somente veio a ser denunciada no dia 03 de maio de 2023. Na situação hipotética,

- a) não se aplica a lei temporária, mas sim a lei em vigor ao tempo da denúncia, diante do princípio da ultra-atividade.
- b) deverá ser aplicada a lei de quando Maria Eduarda praticou o fato, em razão da ultra-atividade da norma.
- c) não poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.
- d) poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.
- e) não poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.

22. Joaquim, enfermeiro chefe do Hospital São José, sabendo que o técnico de

enfermagem João, seu subordinado, estava levando para casa medicamentos para dar para seu filho que estava muito doente em casa, e sabendo que o funcionário passava por dificuldades financeiras, deixou de responsabilizá-lo por tal conduta cometida no exercício do cargo, já que João não poderia pegar remédios que deveriam ser ministrados aos pacientes. Nessa situação hipotética Joaquim cometeu, em tese, o crime de

- a) corrupção passiva privilegiada.
- b) prevaricação.
- c) peculato.
- d) condescendência criminosa.
- e) usurpação de função pública.

23. Em um navio estrangeiro que navegava nas águas marítimas pertencentes à Portugal, John que tinha nacionalidade inglesa e se infiltrou na embarcação estrangeira como funcionário da limpeza, atenta contra a vida do Presidente da República do Brasil. Contudo, o Chefe do Executivo é socorrido e aguarda a sua recuperação na cidade de Algarve, em Portugal. John é preso e nesse caso é correto afirmar que

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.
- c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.
- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

24. César Augusto, servidor público, desviou para reforma da repartição pública de onde trabalha, determinada quantia que dispunha em razão de seu cargo que estava regularmente destinada à compra de computadores para as escolas do município. Na situação hipotética acima descrita, trata-se de:

- a) crime de peculato-desvio, independentemente de César Augusto ter-se apropriado da quantia para proveito próprio ou não.
- b) crime de apropriação indébita, independentemente de César Augusto ser ou não servidor público.
- c) crime de emprego irregular de verbas públicas, já que o desvio da quantia ocorreu em proveito da administração.
- d) crime de prevaricação, posto que César Augusto agiu para satisfazer sentimento pessoal.
- e) crime de corrupção passiva privilegiada.

25. Assinale a alternativa que contém apenas hipóteses de lesão corporal de natureza grave.

- a) Aborto, perigo de vida e aceleração de parto.
- b) Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias, perigo de vida e deformidade permanente.
- c) Incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável e perda ou inutilização do membro, sentido ou função.
- d) Incapacidade permanente para o trabalho, perigo de vida e aceleração de parto.
- e) Incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, debilidade permanente de membro, sentido ou função e aceleração de parto.

26. Em relação aos crimes praticados contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) No crime de exercício arbitrário das próprias razões, se o crime é cometido com violência, a ação penal é pública
- b) Em se tratando de corrupção passiva, a pena será aumentada se o funcionário praticar, deixar de praticar ou retardar ato de ofício, com infração do dever funcional cedendo a pedido ou influência de outrem.
- c) o crime cometido pelo funcionário público será qualificado, se o autor for ocupante de função de direção de órgão de sociedade de economia mista.
- d) nos crimes funcionais, se o funcionário repara o dano antes do trânsito em julgar sentença, haverá diminuição de pena em metade.
- e) O sujeito que atribui a si mesmo a prática de crime inexistente ou que foi cometido por terceiro, comete o crime de comunicação falsa de crime.

27. De acordo com as causas extintivas tipificadas no Ordenamento Penal Pátrio, assinale a opção correta:

- a) a morte do agente só extingue a punibilidade se houver expressa concordância do Ministério Público ou do querelante.
- b) a renúncia do direito de queixa, ou o oferecimento de perdão pelo querelante, nos crimes de ação privada, acarreta a extinção da punibilidade.
- c) A prescrição da pena de multa ocorrerá em três anos, quando a multa for a única cominada ou alternativamente aplicada.
- d) o curso da prescrição não interrompe-se pelo recebimento da denúncia ou da queixa
- e) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos.

28. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A *abolitio criminis* configura exceção ao princípio da irretroatividade da lei penal.
- b) Em relação ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria do resultado.
- c) Ao crime praticado por brasileiro em território estrangeiro pode ser aplicada a lei brasileira.
- d) Leis temporárias são aquelas que têm vigência por um período predeterminado.
- e) A lei penal pátria pode ser aplicada ao estrangeiro que comete crime fora do território nacional, sendo a vítima brasileira.

29. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O crime de falsidade de atestado médico consuma-se com a entrega pelo médico do atestado falso ao paciente para justificar a sua ausência ao trabalho, independentemente de qualquer outro resultado ou consequência.
- b) Omitir, nos documentos destinados a fazer prova perante a previdência social, o nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, caracteriza o crime de falsificação de documento público.
- c) A falsidade ideológica refere-se ao conteúdo do documento, e a falsidade material é a própria forma do documento que é alterada ou forjada.
- d) Alterar documento verdadeiro emanado de entidade paraestatal é crime de falsificação de documento particular.
- e) No crime de falsificação de documento público, a pena é aumentada de sexta parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

30. Com relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar:

- a) Pratica corrupção passiva o funcionário público que solicita ou recebe vantagem indevida, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- b) Pratica concussão o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
- c) No peculato culposo, a reparação do dano, em qualquer momento do processo e até a sentença recorrível, reduz em um terço a pena imposta.
- d) Pratica concussão o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, vantagem devida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la.
- e) Pratica prevaricação o funcionário público que pratica, retarda ou deixa de praticar ato de ofício com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

31. Anelisa foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Romualdo, no dia 12.07.2022. Anelisa descobriu a autoria delitiva em 18.08.2022, vindo a óbito em 24.05.2023, sem ter ajuizado a queixa-crime. A vítima deixou uma filha, de nome Florisbela, e um avô, de nome Francisco. Em 10.06.2023, a filha da vítima procura um advogado para saber sobre a possibilidade de exercer o direito de queixa em face do infrator.

Nesse caso, deve ser esclarecido que o direito de queixa:

- a) passará ao avô e à filha, com prioridade para esta.
- b) passará ao avô e à filha, com prioridade para o avô.
- c) passará apenas à filha da vítima.
- d) passará apenas ao avô.

e) não passará a nenhum dos dois

32. Ricardo foi denunciado pelo crime de extorsão. O Oficial de Justiça se dirigiu ao endereço indicado no mandado mas certificou que o réu se encontra atualmente em local incerto e não sabido, embora se saiba que reside na Argentina.

Nesse caso, Ricardo deverá ser citado:

- a) Por edital
- b) Por mandado
- c) Por carta rogatória
- d) Por hora certa
- e) Por carta precatória

33. Sobre a ação penal privada subsidiária da pública, assinale a alternativa correta:

- a) Será cabível em caso de arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público.
- b) Em caso de negligência do querelante na condução da ação penal privada subsidiária, haverá preempção.
- c) O MP poderá aditar a queixa-crime subsidiária.
- d) deverá ser oferecida no prazo decadencial de 06 meses, a contar da ciência da autoria delitiva.
- e) A ação penal privada subsidiária da pública não foi recepcionada pela Constituição Federal.

34. O habeas corpus é remédio constitucional para proteção à liberdade de locomoção, quando há violência ou ameaça ao direito de ir e vir do cidadão. Nos termos do CPP, o habeas corpus poderá ser impetrado:

- a) por pessoa jurídica, apenas.
- b) pelo Ministério Público
- c) por qualquer pessoa física, apenas
- d) por qualquer pessoa física, em seu favor, apenas
- e) pelos Juízes e Tribunais

35. Djanira, 37 anos, empresária, residente e domiciliada em Campinas-SP, foi vítima de um crime de estelionato (art. 171 do CP) praticado por Tiquinho, vulgo “artilheiro”. Tiquinho teria simulado ser dono de um veículo, ofertando-o em um site de vendas on-line. Assim, teria enganado Djanira, fazendo com que esta transferisse a ele R\$ 20.000,00 (via PIX), a título de sinal pela compra do carro. O fato ocorreu em Volta Redonda-RJ, e Tiquinho sacou a quantia na agência do Banco em São Paulo-SP, local onde reside. Após receber os valores, Tiquinho desativou o anúncio, bloqueou Djanira nas redes sociais e desapareceu.

Nesse caso, a competência será do Juízo da comarca de:

- a) Campinas-SP, local do domicílio da vítima.
- b) Volta Redonda-RJ, local do fato
- c) São Paulo-SP, local do domicílio do réu
- d) São Paulo-SP, local da obtenção da vantagem indevida
- e) Campinas-SP, Volta Redonda-RJ ou São Paulo-SP, firmando-se pela prevenção

36. Matheus foi denunciado perante o Juizado Especial Criminal de Ribeirão Preto-SP pela suposta prática de determinada infração de menor potencial ofensivo. Matheus, porém, não foi encontrado no endereço indicado na inicial acusatória, tendo o Oficial de Justiça certificado que o réu se encontra em local incerto e não sabido, conforme informações obtidas com vizinhos e com o porteiro do prédio.

Nessa situação hipotética,

- a) deverá ser determinada sua citação por edital, com prazo de 15 dias
- b) deverá ser determinada sua citação por edital, com prazo de 10 dias
- c) deverá ser determinada sua citação por hora certa
- d) O processo deverá ser encaminhado ao juízo comum, onde será adotado o rito previsto em lei

e) deverá ser determinada sua citação por carta com aviso de recebimento

37. Determinado agente público foi denunciado pelo crime de peculato (art. 312 do CP), por ter se apropriado de bens públicos dos quais tinha a posse em razão do cargo. Nos termos do CPP, por se tratar de processo sujeito ao rito especial previsto para o processo e julgamento dos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará:

- a) a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias
- b) a notificação do acusado, para apresentar justificção preliminar, em 05 dias.
- c) a citação do acusado, para apresentar resposta à acusação, dentro do prazo de 30 dias.
- d) a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias
- e) a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 10 dias.

38. Apesar da independência das esferas, a decisão proferida na esfera criminal fará coisa julgada na área cível, impedindo a propositura de ação civil *ex delicto* quando:

- a) reconhecer a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva
- b) absolver o réu em razão da inimputabilidade penal por doença mental
- c) absolver o réu por ausência de provas
- d) absolver o réu em razão da atipicidade do fato
- e) absolver o réu em razão de ter restado comprovada a inexistência material do fato imputado

39. O Código de Processo Penal elenca alguns requisitos do mandado de citação (art. 352 do CPP), considerados requisitos intrínsecos. Dentre esses requisitos intrínsecos NÃO se encontra:

- a) o nome do juiz
- b) o nome do querelante nas ações iniciadas por queixa
- c) o nome do órgão do MP responsável pela denúncia
- d) a residência do réu, se for conhecida
- e) a subscrição do escrivão e a rubrica do juiz.

40. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente:

- a) recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias.
- b) recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 dias.
- c) recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para comparecer à audiência de instrução e julgamento, quando poderá oferecer defesa oral em audiência.
- d) recebê-la-á e designará audiência preliminar.
- e) recebê-la-á e designará audiência de instrução e julgamento, devendo o acusado comparecer acompanhado de seu advogado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thállius Moraes

41. Considerando as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O processo começa e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- b) Os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas as principais decisões, sob pena de nulidade.
- c) O interesse do autor não pode limitar-se meramente à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento.
- d) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- e) Não se proferirá, em nenhuma hipótese, decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

42. Conforme determina o Código de Processo Civil, a representação em juízo da massa falida, ativa e passivamente, será feita

- a) pelo inventariante.
- b) pelos diretores da empresa falida.
- c) pelo administrador judicial.
- d) pelo procurador regularmente constituído.
- e) pelo seu curador.

43. Nos termos do Código de Processo Civil, considerando os casos em que o Ministério Público intervém como fiscal da ordem jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público não precisa ser intimado de todos os atos do processo, mas apenas daqueles com conteúdo decisório.
- b) O Ministério Público não poderá produzir provas, devendo aguardar a iniciativa das partes nesse sentido.
- c) O Ministério Público deverá intervir sempre que a Fazenda Pública for uma das partes.
- d) Será obrigatória a intervenção do Ministério Público em processos que envolvam o interesse de incapazes.
- e) Nesses casos, o Ministério Público não possui legitimidade recursal.

44. Acerca dos impedimentos e suspeições do juiz, segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Há impedimento do juiz quando promover ação contra a irmão de uma das partes.
- b) Há impedimento do juiz que for amigo íntimo do cônjuge de uma das partes.
- c) Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora.
- d) Há suspeição do juiz no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge.
- e) Há suspeição do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

45. Conforme rege o CPC, considera-se litigante de má-fé, dentre outros casos, aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo. Nessas situações, a parte condenada por litigância de má-fé será condenada

- a) a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos e despesas efetuadas, além de arcar com honorários advocatícios.
- b) apenas à multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.
- c) multa, que deverá ser de até cinco por cento do valor corrigido da causa.
- d) apenas a indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos e a arcar com os honorários advocatícios.
- e) a pagar multa, de até dez por cento do valor corrigido da causa.

46. Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa correta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das seis às dezoito horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Haverá a interrupção dos prazos durante o período compreendido entre 20 de Janeiro e 20 de Dezembro.
- d) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense e os domingos, os sábados, contudo, são considerados dias úteis não trabalhados.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

47. Acerca da citação no processo civil, assinale a alternativa incorreta

- a) A citação será efetivada em até quarenta e cinco dias a partir da propositura da ação.
- b) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, dentre outros casos, de quem estiver participando de ato de culto religioso.
- c) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a nulidade da citação, mas não a sua falta.
- d) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- e) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até dois dias úteis, contado da decisão que a determinar.

48. Sobre as tutelas provisórias descritas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o prévio pagamento de custas.
- c) a tutela provisória de evidência pode ser concedida de forma antecedente ou incidental.
- d) Quando cessar a eficácia da tutela cautelar, a parte poderá renovar o pedido.
- e) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.

49. Conforme disposições do Código de Processo Civil, analise os seguintes itens.

I - Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração ao número de partes no processo.

II - Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, serão computados apenas os dias úteis.

III - Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

Está correto apenas o disposto em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.

d) II

e) I, II e III.

50. Considerando as disposições da Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa incorreta

- a) O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais
- b) Sendo necessário, a citação poderá ser feita por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória.
- c) Não é admitida nenhuma forma de intervenção de terceiro nem de assistência.
- d) A assistência por advogado é obrigatória.
- e) Não é admissível a citação por edital.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

52. Ana e Maria são casadas com Prefeitos de dois municípios do Estado Alfa. Ana não possui mandato eletivo e seu esposo já está no segundo mandato consecutivo. Ana pretende concorrer a vereadora no município em que seu cônjuge é o Chefe do Executivo. Maria se divorciou de José no terceiro de seu mandato como Prefeito. Nas próximas eleições, Maria pretende concorrer a Prefeita do mesmo município em que José exerce seu mandato. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) Ana e Maria não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- b) Apenas Maria está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- c) Apenas Ana está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- d) Ana e Maria estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- e) A inelegibilidade de Ana, para concorrer ao referido cargo, só seria afastada se o casamento tivesse terminado no primeiro ano do mandato.

53. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador de Alagoas, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, desde que devidamente fundamentado, pode determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Conquanto uma liminar não seja suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar, poderá suspender as suas atividades até a análise de mérito.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à

autorização dos associados por meio de procuração.

- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

54. De acordo com a Constituição Federal brasileira, qual das seguintes situações NÃO concede a nacionalidade brasileira?

- a) Filhos de pais brasileiros, nascidos no exterior, desde que um dos pais esteja a serviço do Brasil.
- b) Indivíduos nascidos no Brasil, de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- c) Filhos de brasileiros nascidos no exterior, que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d) Cônjuges estrangeiros de brasileiro, desde que estejam casados há mais de 5 anos e tenham residência fixa no Brasil.
- e) Filhos de brasileiros nascidos no exterior, desde que sejam registrados em repartição consular brasileira competente.

55. De acordo com a Constituição Federal brasileira, qual dos seguintes princípios NÃO está entre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil?

- a) Soberania.
- b) Dignidade da pessoa humana.
- c) Prevalência dos direitos humanos.
- d) Pluralismo político.
- e) Solidariedade internacional.

56. Analise as seguintes afirmativas:

I – Ricardo é Vice-Governador do Estado X pelo segundo mandato consecutivo, após pesquisas internas, seu partido entendeu que não seria viável que ele se candidatasse para o cargo de governador, de tal forma, pretende o partido que ele concorra, novamente ao cargo que ocupa.

II - Mariana é Governadora do Estado Y em primeiro mandato e decide, em julho do ano das Eleições, se candidatar à Presidência da República, razão pela qual renuncia ao governo do estado.

III - Tarso é brasileiro nato, tem 30 anos, não possui cargo eletivo e pretende se candidatar a vereador do Município Alfa nas eleições municipais de 2024. Tarso era casado com Júlia, prefeita do Município Alfa (mandato 2021-2025) até o divórcio do casal em 2022.

Considerando as condições de elegibilidade e inelegibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Ricardo não poderá ser candidato, Mariana e Tarso sim.
- b) Tarso não poderá ser candidato, Ricardo e Mariana sim.
- c) Mariana não poderá ser candidata, Ricardo e Tarso sim.
- d) Todos poderão ser candidatos.
- e) Nenhum poderá ser candidato.

57. Analise os seguintes itens:

I- O Ministro da Justiça, obrigatoriamente, será brasileiro nato.

II- Poderão ser naturalizados brasileiros os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que queiram a nacionalidade brasileira.

III- São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo,

depois de atingida a maioria, pela nacionalidade brasileira.

Assinale a alternativa que apresenta os itens corretos:

- a) Apenas I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

58. O artigo 5º da Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece uma série de direitos e garantias fundamentais. Contudo, não se trata de rol taxativo, existindo direitos fundamentais em todo o corpo do texto constitucional. Dentre os direitos mencionados abaixo, qual deles NÃO consta no artigo 5º da CF?

- a) Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- b) Direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- c) Direito à proteção às expressões culturais indígenas e afro-brasileiras.
- d) Direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- e) Direito à gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

59. De acordo com a Constituição brasileira de 1988, qual das seguintes funções essenciais à justiça tem por atribuição direta instituir ações para a defesa dos direitos individuais e coletivos, inclusive a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis?

- a) Advocacia-Geral da União (AGU).
- b) Ministério Público Federal (MPF).
- c) Defensoria Pública da União (DPU).
- d) Procuradoria-Geral da República (PGR).
- e) Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

60. Suponha que um servidor com cargo de chefia no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que um subordinado destruísse um documento, sem justificativa aparente. Ao perceber que o documento era um requerimento devidamente assinado e protocolado por um interessado, que ainda estava pendente de análise pelo órgão, o subordinado deverá, nos termos da Lei nº 10.261/68:

- a) cumprir a ordem de seu superior, pois é dever dos servidores públicos guardar sigilo sobre os assuntos da repartição.
- b) desempenhar suas funções com zelo e presteza, razão pela qual deve cumprir a ordem e destruir o documento.
- c) cumprir a ordem, como decorrência do dever de urbanidade.
- d) recusar-se a cumprir a ordem e representar à autoridade competente o fato ocorrido, já que esse é um dever do servidor no caso de ordens manifestamente ilegais.
- e) em respeito ao dever de cooperação e de manutenção do espírito de solidariedade no ambiente de trabalho, deverá cumprir a ordem emanada da chefia.

61. Em relação às condutas a seguir e com base na Lei nº 10.261/68, analise as afirmativas seguintes:

- I. retirar, com prévia permissão da autoridade competente, documento ou objeto existente na repartição;
- II. deixar de comparecer ao serviço com causa justificada;
- III. requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juro ou outros favores semelhantes, federais, estaduais ou municipais, exceto privilégio de invenção própria.

Representam proibições aos servidores públicos estaduais apenas a(s) conduta(s) do(s) item(ns):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

62. Segundo a Lei nº 10.261/68, se um funcionário público exercer emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham relações com o Governo,

- a) deverá declarar isso em seu termo de posse para evitar qualquer tipo de incompatibilidade.
- b) caso o emprego ou função se relacione com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado, não há vedação à conduta.
- c) desde que seja fora das horas de trabalho, Estatuto não proíbe o exercício dessas atividades pelo funcionário.
- d) deverá demonstrar que se trata de emprego ou função passível de acumulação, e que existe compatibilidade de horários.
- e) incorre em proibição expressa do Estatuto, mesmo que exerça o emprego ou função fora das horas de trabalho, exceto nas hipóteses autorizadas na Lei.

63. Acerca das férias, é correto afirmar, segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo:

- a) o funcionário terá direito ao gozo de 30 (trinta) dias de férias anuais, independentemente de escala aprovada na repartição.
- b) as faltas ao trabalho serão descontadas do período de férias.
- c) é proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade de serviço e pelo máximo de 2 (dois) anos consecutivos.
- d) o período de férias não pode ser reduzido em nenhuma circunstância.
- e) durante as férias, o funcionário deixa de receber as vantagens do cargo, devidas pelo efetivo exercício de suas funções.

64. Acerca das disposições da Lei nº 10.261/68, assinale a opção correta:

- a) reversão, aproveitamento e readmissão são formas de provimento dos cargos públicos.
- b) é vedada a nomeação para cargos vitalícios.
- c) a nomeação para cargo de provimento efetivo pode ser feita por concurso com provas ou títulos.
- d) para tomar posse em cargo público, a lei traz como requisito ser brasileiro ou estrangeiro.
- e) os dias em que o servidor estiver afastado em virtude de casamento não serão computados como efetivo exercício.

65. Acerca da declaração de bens e valores prevista na Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/92, assinale a opção correta:

- a) a reforma realizada pela Lei nº 14.230/21 retirou a obrigatoriedade de apresentação da declaração.
- b) a declaração de bens deve ser feita através da apresentação da declaração de imposto de renda apresentado à Receita Federal.
- c) apenas o exercício dos agentes públicos fica condicionado à apresentação da declaração de

bens, não havendo necessidade de atualização anual.

- d) a declaração deve ser renovada a cada três anos e na data em que o agente deixar o cargo.
- e) será aplicada a pena de suspensão ao agente público que se recusar a apresentar a declaração dentro do prazo determinado.

66. José é ex-prefeito municipal e está sendo acusado de ato de improbidade administrativa, por ter, supostamente, causado lesão ao erário de forma dolosa. O ato foi praticado em dezembro de 2015, sendo que a ação de improbidade administrativa foi proposta pela pelo Ministério Público em outubro de 2017.

Sabendo que até hoje não houve sentença no juízo de primeiro grau e que a Lei nº 14.230/2021, publicada em outubro de 2021, trouxe um novo regime prescricional, José procurou o seu advogado, em outubro de 2022, para verificar possível ocorrência de prescrição intercorrente na ação de improbidade.

Adicionalmente, José também foi processado em ação de improbidade pelo município, por outra conduta praticada quando era prefeito municipal. A ação foi apresentada em agosto de 2022. Nesse caso, como seguiu parecer emitido por advogado público, José requisitou que sua defesa fosse realizada pela procuradoria municipal. Além disso, ele questionou a assessoria se a ação de improbidade poderia ser apresentada pelo município, alegando que tal entidade perdeu a legitimidade ativa para propor esse tipo de ação, com o advento da Lei nº 14.230/2021.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF sobre o tema, o advogado ou a procuradoria municipal, conforme o caso, respondeu corretamente que:

- a) os princípios do direito administrativo sancionador não se aplicam às ações de improbidade, de tal forma que a reforma da Lei de

- Improbidade não poderá retroagir para beneficiar o réu em ações já em curso.
- b) a reforma da Lei de Improbidade é irretroativa, aplicando-se somente aos processos iniciados após a sua publicação.
- c) a advocacia pública tem o dever de realizar a defesa da autoridade municipal, em razão do princípio da confiança legítima.
- d) o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas possuem legitimidade ativa concorrente e disjuntiva para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil.
- e) por se tratar de regime punitivo, as regras da Lei nº 14.230/2021, quando mais benéficas, devem retroagir para beneficiar o réu, aplicando-se o novo regime prescricional desde a propositura da ação.
- 67.** Os atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito:
- a) podem ser cometidos com dolo ou culpa.
- b) admitem apenas a forma culposa.
- c) são cometidos mediante a prática de ato doloso.
- d) exigem o recebimento de vantagem econômica apenas diretamente.
- e) não se configuram nesta modalidade quando o benefício indevido for recebido pelo agente público, mas para beneficiar terceiros.
- 68.** São atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito:
- a) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;
- b) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;
- c) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- d) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;
- e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- 69.** Considere que João, servidor público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tenha utilizado em uma obra particular de sua fazenda uma caminhonete do Tribunal, para carregar materiais pesados, bem como requisitou a presença de José, seu subordinado na repartição, para ajudar a descarregar o veículo, durante o horário de expediente. Nessa situação, tendo em vista a previsão da Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que
- a) praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- b) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- c) praticou ato de improbidade administrativa que viola os princípios administrativos.
- d) não praticou ato de improbidade administrativa.
- e) praticou crime previsto na Lei de Improbidade Administrativa.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

70. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Dec.-Lei nº 4.657/42), é correto afirmar que:

- a) a lei do país em que nascida a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família;
- b) o penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver sido constituída a dívida;
- c) para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que domiciliados os seus proprietários;
- d) para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se executarem;
- e) a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

71. Sobre a ausência, é correto afirmar que

- a) Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento exclusivo dos herdeiros, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.
- b) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- c) Também se declarará a ausência, e se nomeará curador, quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, mas quando os seus poderes forem insuficientes o juiz poderá supri-lo.
- d) Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos descendentes ou aos pais, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.
- e) Na falta do cônjuge, dos pais e dos descendentes para exercer a curadoria, o juiz deverá abrir a

sucessão provisória, pois não poderá nomear outro curador que não os descritos em lei.

72. A respeito da dissolução das associações, assinale a alternativa correta:

- a) Pode o remanescente ser direcionado a entidade de fins econômicos, se assim estiver previsto no estatuto.
- b) Podem ser deduzidas as quotas ou frações ideais do patrimônio da associação titularizadas pelos associados.
- c) Na omissão do estatuto, podem os associados deliberar, por $\frac{3}{4}$ dos membros, que o remanescente seja destinado a instituição federal, de fins semelhantes.
- d) Não havendo associação que se conforme às exigências legais, o remanescente do patrimônio se devolverá a uma fundação.
- e) O remanescente patrimonial da associação não pode ser devolvido à Fazenda da União.

73. Sobre os bens públicos, é correto afirmar que

- a) São bens públicos somente os de uso comum do povo, os de uso especial e os bens dominicais.
- b) Todos os bens públicos são inalienáveis, enquanto conservarem tal qualificação.
- c) Os bens públicos de uso comum do povo, os bens públicos de uso especial e os bens dominicais estão afetados a uma função pública.
- d) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- e) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

74. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, são requisitos para configuração da fraude contra os credores, exceto:

- a) a anterioridade do crédito.
- b) a comprovação de prejuízo ao credor.
- c) que o ato jurídico praticado tenha levado o devedor à insolvência.
- d) a confusão patrimonial.
- e) o conhecimento, pelo terceiro adquirente, do estado de insolvência do devedor.

75. A aquisição de propriedade de um peixe pescado por uma criança de 10 anos corresponde a um:

- a) Negócio jurídico bilateral.
- b) Ato-fato jurídico.
- c) Ato jurídico em sentido amplo.
- d) Ato jurídico não negocial.
- e) Fato jurídico em sentido estrito.

76. Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:

- a) quando pender condição suspensiva;
- b) quando não estiver vencido o prazo;
- c) quando for direito relacionado ao menor de dezesseis anos;
- d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;
- e) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra;

77. Acerca do mandato, julgue as alternativas a seguir:

I - Tanto as pessoas capazes, bem como aquelas consideradas relativa ou absolutamente incapazes, são aptas para outorgar procuração mediante instrumento particular.

II - O mandato presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, exceto se o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.

III - O mandatário tem o direito de reter, do objeto da operação que lhe foi cometida, quanto baste para pagamento de tudo que lhe for devido em consequência do mandato.

IV - O mandato em termos gerais só confere poderes de administração ao mandatário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) II, III e IV
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) I e II.

78. No caso de penhor geral, pecuário e industrial, respectivamente, a posse da coisa empenhada fica com o.

- a) credor, devedor e devedor.
- b) devedor, credor e devedor.
- c) devedor, devedor e credor.
- d) credor, credor e devedor.
- e) credor, devedor e credor.

ATUALIDADES*Rodolfo Gracioli*

79. Escrita há mais de 60 anos, a música soma 442 versões, sendo assim a canção brasileira mais gravada de todos os tempos, segundo ranking divulgado pelo Ecad, entidade brasileira responsável pela arrecadação e distribuição de direitos autorais. Adaptado. (Fonte: Istoé, abril de 2023).

A música em questão é:

- a) “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso
- b) “Carinhoso”, de Braguinha e Pixinguinha
- c) “Asa Branca”, de Humberto Teixeira e Gonzagão
- d) “Manhã de Carnaval”, de Luiz Bonfá e Antonio Maria
- e) “Garota de Ipanema”, de Tom Jobim e Vinicius de Moraes

80. O governo brasileiro apresentou a candidatura de Thelma Krug à presidência do órgão. Se eleita, ela irá comandar o órgão entre o ciclo de 2023 a 2028 e será a primeira mulher à frente da organização. O órgão em questão é:

- a) Banco do Brics
- b) Fundo Monetário Internacional (FMI)
- c) Organização Mundial da Saúde (OMS)
- d) Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)
- e) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)

81. “Foi sancionada a lei (Lei 14.624) que formaliza o uso nacional da fita com desenhos como identificação de pessoas com deficiências ocultas, ou seja, aquelas que podem não ser percebidas de imediato. De acordo com a legislação, o uso do símbolo será opcional, mas não substitui a apresentação de documentos comprobatórios. O exercício dos direitos da pessoa com deficiência não estará condicionado ao acessório”. Adaptado. (Fonte: Senado, julho de 2023).

Trata-se de fita com desenhos de:

- a) Rosas
- b) Girassóis
- c) Magnólias
- d) Lírios
- e) Margaridas

82. “Trinta e cinco anos após promulgada, a Constituição brasileira foi traduzida pela primeira vez para uma língua indígena. Patrocinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a nova versão da Carta Magna foi lançada nesta quarta-feira (19) no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), em uma cerimônia na maloca da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)”. Adaptado. (Fonte: Agência Brasil, julho de 2023).

A língua indígena em questão é:

- a) Nheengatu
- b) Terena
- c) Xavante
- d) Yanomami
- e) Mawé

RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

83. Cinco moças foram acusadas de comer escondido o pedaço de bolo de chocolate de Joana. Ao entrar na sala, irritada, Joana as questiona:

- “Eu não fui”, responde Karen.
- “Foi a Emília”, garantiu Mônica.
- “Foi a Ju”, disse Emília.
- “A Mônica está mentindo”, retrucou Ju.
- “A Karen está falando a verdade”, disse Renata.

Sabendo-se que apenas uma das moças mentiu e somente uma delas o pedaço de bolo de Joana, quem comeu o bolo?

- a) Karen.
- b) Emília.
- c) Mônica.
- d) Ju.
- e) Renata.

84. Numa pesquisa de mercado, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três produtos; A., B e C. Os resultados das pesquisas indicaram que:

- 210 pessoas compram o produto A.
 - 210 pessoas compram o produto B.
 - 250 pessoas compram o produto C.
 - 20 pessoas compram os três produtos.
 - 100 pessoas não compram nenhum dos três produtos.
 - 60 pessoas compram os produtos A e B.
 - 70 pessoas compram os produtos A e C.
 - 50 pessoas compram os produtos B e C.
- Quantas pessoas foram entrevistadas?

- a) 670
- b) 970
- c) 870
- d) 610

e) 510

85. Em uma festa de casamento com 126 pessoas, o número de homens era o dobro do de mulheres. Dos homens, 22 usavam terno e não usavam relógio, e o total dos que usavam relógio era igual a 42. Das mulheres, havia tantas que não usavam vestido quanto o número de homens que não usavam nem terno e nem relógio. Sabendo-se que 7 mulheres usavam vestido e relógio, o número de mulheres que usavam vestido mas não usavam relógio era igual a

- a) 10.
- b) 17
- c) 15.
- d) 5.
- e) 21.

86. Nos 10 jogos que disputou no último campeonato nacional, uma equipe marcou um total de 9 gols, tendo sofrido 7 gols. Somente com tais informações, pode-se concluir que essa equipe, necessariamente,

- a) empatou pelo menos uma partida
- b) não foi derrotada em qualquer um dos 10 jogos disputados.
- c) teve mais vitórias do que derrotas neste campeonato.
- d) nunca marcou mais do que um gol no mesmo jogo.
- e) venceu pelo menos uma partida das 10 que disputou.

87. Uma urna contém 12 bolas roxas, 10 amarelas, 7 vermelhas e 11 brancas. Retirando-se ao acaso uma bola por vez dessa urna, o número mínimo de retiradas para se ter certeza que uma bola amarela esteja entre as que foram retiradas é

- a) 26
- b) 20
- c) 31
- d) 41
- e) 40

88. Num certo ano, o primeiro dia caiu numa terça-feira e o último dia caiu numa quarta-feira. Neste ano, o dia do trabalho, ou seja, primeiro de maio caiu em um(a):

- a) quarta-feira
- b) quinta-feira
- c) sexta-feira
- d) sábado
- e) domingo

MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

89. Arnaldo participou de uma corrida de kart. No final da corrida, notou que $\frac{1}{4}$ dos participantes havia terminado a prova na sua frente e $\frac{2}{3}$ haviam chegado depois dele. Considerando-se que nenhum participante deixou a prova, pode-se concluir que, pela ordem de chegada nessa corrida, Arnaldo foi o

- a) 3º colocado
- b) 4º colocado
- c) 5º colocado
- d) 6º colocado
- e) 8º colocado

90. Dispondo-se de 100 trabalhadores, trabalhando com a mesma produtividade durante 4 horas por dia, uma obra ficaria pronta em 24 dias. O número de dias em que a mesma obra ficaria pronta com 80 trabalhadores trabalhando 5 horas por dia com uma produtividade 20% menor do que os primeiros é

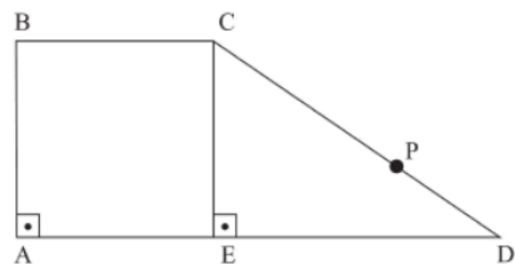
- a) 24 dias
- b) 16 dias
- c) 30 dias
- d) 15 dias
- e) 20 dias

91. De uma sacola com 300 bombons, Arnaldo retirou X bombons. Após a retirada, ele reparou que poderia dividir esses X bombons em grupos de 9, em grupos de 12 ou em grupos de 21 bombons sem que nenhum bombom restasse sem grupo.

O resto da divisão de X por 27 é:

- a) 9
- b) 11
- c) 13
- d) 15
- e) 17

92. A figura a seguir representa um terreno composto por duas regiões: um quadrado ABCE e um triângulo retângulo CED. Uma pessoa no ponto A deseja chegar no ponto P contornando o terreno por meio de um dos dois seguintes trajetos que apresentam a mesma distância: o trajeto AEDP ou o trajeto ABCP.



Sabendo-se que a área do quadrado ABCE mede 324m^2 e que o segmento CD mede 30m, o segmento DP mede:

- a) 9,5m
- b) 10,0m
- c) 11,0m
- d) 11,5m
- e) 12,0m

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

93. O One Drive é um programa de armazenamento de arquivos na nuvem. Das letras abaixo é correto afirmar:

- a) Os arquivos armazenados podem ser compartilhados com outros usuários mediante a informação do email.
- b) Os arquivos armazenados só podem ser acessados exclusivamente pelo seu autor.
- c) O limite de armazenamento é infinito
- d) Arquivos armazenados não podem ser removidos.
- e) Quando os arquivos são enviados para o driver são apagados na máquina original.

94. Sobre o Teams, responda.

- a) A ferramenta de Tarefas possibilita visualizar todas as equipes das quais o usuário participa
- b) O chat é uma ferramenta desabilitada, só podendo ser utilizada quando a chamada de vídeo não estiver sendo usada.
- c) As videoconferências só são permitidas em classes com mais de 100 alunos.
- d) Durante a videoconferência é possível compartilhar telas abertas de outros aplicativos.
- e) O recurso de Equipes é utilizado para listar as tarefas pendentes do usuário.

95. O Registro do Windows é o arquivo responsável por:

- a) Gerenciar os usuários que estão cadastrados para usar o computador
- b) Fazer o controle dos dispositivos instalados na máquina
- c) Gerenciar os softwares instalados na máquina
- d) Montar a interface de comunicação com o usuário do Sistema Operacional.
- e) Armazenar as informações sobre o licenciamento do Sistema Operacional.

96. Das letras abaixo, marque o protocolo que atua tipicamente na porta lógica 80.

- a) SMTP
- b) HTTP.
- c) FTP.
- d) UDP.
- e) IRC.

97. Um servidor está escrevendo uma mensagem paulatinamente, pois a mesma será enviada para todo o órgão e ele quer ter bastante cuidado com o conteúdo. Esse email que ainda está sendo preparado deve estar armazenado na caixa:

- a) Entrada.
- b) Saída
- c) Itens Enviados
- d) Rascunho
- e) Lixeira

98. Na URL <http://www.estrategiaconcursos.com.br>, o HTTP indica o:

- a) query.
- b) web.
- c) elemento de acesso.
- d) caminho.
- e) protocolo

99. No Word, há um recurso muito utilizado quando há a necessidade de que um mesmo documento seja manipulado por usuários diferentes. Serve para identificar as ações realizadas por cada um e evitar que um desfaça o trabalho do outro. O nome desse recurso é:

- a) Controle de Alterações.
- b) Comentários.
- c) Sumário
- d) Estilo.
- e) Macros.

100. No Excel, temos os seguintes valores:

	A	B
1	20	30
2	10	20

Ao digitarmos, na célula C2 a fórmula: =Média(a1:b2) e apertarmos enter, obteremos o valor

- a) 20.
- b) 10.
- c) 30
- d) 80.
- e) 22

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
